

Nós havíamos acordado. Eu havia dito inclusive na audiência pública que a bancada do Partido dos Trabalhadores iria votar contra aquele relatório por não contemplar aquilo por que temos lutado já há bastante tempo, que iríamos votar no relatório em separado.

Para nossa surpresa e perplexidade, quando os nossos deputados estiveram na comissão o relatório já havia sido votado.

Infelizmente esta é uma prática muito ruim desta Casa por parte da base do governo, desrespeitando a proporcionalidade e a Minoria, da qual fazemos parte. Para poder dar equilíbrio às relações democráticas neste Parlamento, respeitar a Minoria é fundamental.

Acabei de receber uma notícia e preciso fazer uma breve interrupção dos objetivos que me trouxeram a esta tribuna para dizer o seguinte: temos 100 professores que ocuparam o Ministério da Educação. Eles estão sendo tratados com o maior desrespeito: desligaram a luz, desligaram os elevadores, há um professor que foi até o toailete e está desaparecido. Os professores estão se protegendo com máscaras devido ao lançamento de bombas de efeito moral no interior do Ministério da Educação.

Isso porque eles estão legitimamente protestando contra uma medida que foi colocada pelo ministro Mendoncinha. Certamente, me parece que ontem ou anteontem ele dispensou o pessoal que fazia parte do Conselho de Educação, o que pode, segundo o próprio ministro Mercadante, comprometer a aplicação e a realização do Plano Nacional de Educação, e, por consequência, os próprios planos estaduais e municipais.

Portanto, fica aqui nossa solidariedade a esses professores, que estão resistindo bravamente a essas medidas autoritárias, a essas medidas que querem o retrocesso em áreas que temos provado e temos conseguido obter avanços importantíssimos.

Agora, infelizmente, estamos tendo essas medidas. É claro que vai haver resistência. É claro que vai haver resistência. É claro que as pessoas têm que se posicionar contrárias a esse tipo de iniciativa, uma iniciativa que não escuta, que não dialoga, que não traz a participação dos profissionais envolvidos e por isso, evidentemente, tem essa reação.

Isso tem sido uma prática desse governo que está aí, governo interino, autoritário, ilegítimo, que só pode tratar os movimentos desta forma, que não aceita a relação democrática, seja com movimentos de professores, seja com movimentos sociais, seja com movimentos estudantis. Esta tem sido uma marca do presidente da República interino Michel Temer que já está ficando conhecida.

Portanto, não poderíamos deixar de fazer essa referência, Sr. Presidente. Mas, participando e ouvindo atentamente a leitura do relatório proposto pelo deputado Edson Giriboni, que tem todo o meu respeito, mas que fez um relatório com o qual não podemos concordar.

\*\*\*
- Assume a Presidência o Sr. Caio França.
\*\*\*

Vejam bem que há sempre uma conclusão padrão. Então, eles terminam assim: “Não acatarem nenhuma emenda, por isso, não vislumbramos a necessidade de aperfeiçoamento. Isso com Justiça e Cidadania, Segurança Pública, Fazenda, Habitação, Meio Ambiente, Ministério Público.” Muitas dessas áreas são extremamente importantes.

Sr. Presidente, isso para dizer sobre a questão da Segurança Pública. Sabemos o quanto esse setor necessita de investimentos, sobretudo no que diz respeito, deputado Barba, à capacitação, à formação continuada e ao treinamento de uma parcela expressiva da Polícia Militar.

Ontem, saiu no jornal “O Estado de S. Paulo” um levantamento feito pela Ouvidoria da Polícia Militar. Em seis anos, a Polícia Militar matou aqui na cidade de São Paulo 191 adolescentes. É muito alto esse número, o número de adolescentes que estão perdendo suas vidas nas periferias dos grandes centros urbanos.

Sr. Presidente, neste mês, tivemos o garoto Ítalo, mais um outro de dez anos, mais outro garoto de 11 anos, e, anteontem, um universitário na cidade de São Caetano do Sul - salvo engano - foi morto pela Guarda Civil daquela cidade e pela Polícia Militar.

Ainda há pouco eu estava assistindo na televisão uma testemunha dizendo que o menino não atirou nada, que ele viu, infelizmente, o policial entrando no carro, pegando uma arma e atirando no vidro, a fim de demonstrar que o universitário havia pego na arma e feito o tiro e, assim, justificar a sua morte. Não podemos mais conviver com esse tipo de prática.

Fiz um artigo que saiu em alguns sites e faz a seguinte questão: “quantos Ítalos ainda terão que morrer neste Estado para que o governo tome medidas efetivas, capazes de impedir que tenhamos esse resultado entre nossas crianças e adolescentes?”. Morrem porque faltam políticas públicas. No final da semana, saiu um levantamento segundo o qual, de cada três crianças e adolescentes infratores, dois não têm pai. Isso significa que suas famílias estão absolutamente vulnerabilizadas. E o estado não atende às famílias. O garoto Ítalo vivia na rua, não tinha família. Seu pai, que não era o biológico, estava preso; sua mãe também. E sua avó - a única parente que poderia cuidar dele - não queria que o garoto ficasse em casa. Então, ele ficava nas ruas. Ele é vítima do descaso do governo, juntamente com a sociedade, que acaba sendo cúmplice porque não oferece alternativas para essas crianças e adolescentes.

Ítalo passou por 20 abrigos, mas não ficou em nenhum. Qual a razão? É que os abrigos não conseguem ser atraentes para essas crianças e adolescentes, porque não lhes oferecem uma perspectiva de futuro. E é isso que os prenderia lá. Não adianta colocar uma criança ou adolescente repleto de energia entre quatro paredes, fiscalizado o tempo inteiro por guardas que às vezes só provocam nele muito medo. Por isso, muitas vezes eles escapam desse ambiente que é um horror em suas vidas, que não vai levá-los a lugar nenhum. É isso que viemos debatendo nesta tribuna e também nas tantas audiências públicas que realizamos para mostrar ao governo que é preciso investir em políticas públicas. Porém, mais do que isso: é preciso investir na Educação.

É por isso que a bancada do PT apresentou, para a liderança do Governo, a elevação, para 33%, da aplicação na Educação neste Estado. Ou entendemos que a Educação é de fato a única saída e a salvação para essas crianças e adolescentes que vivem dessa forma, relegados à sua própria sorte, ou não vamos conseguir avançar nem diminuir a violência que incide sobre essa camada tão afetada da população jovem e infantil do estado de São Paulo, sobretudo na capital e na região metropolitana. Nesse sentido, fazemos um apelo sempre. Conversamos hoje de manhã com o líder do Governo. Propusemos a ele que acatasse as emendas. Queremos votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias; não queremos obstruir. Mas queremos que sejam contempladas as demandas e reivindicações que nossa bancada propôs, que são justas e legítimas. Há recursos suficientes para o governo acatar essas propostas que apresentamos. O governo deixou de arrecadar bilhões porque negligencia a fiscalização, porque anistia empresas que não merecem ser perdoadas.

Agora há pouco, o deputado Carlos Giannazi exibiu aqui uma animação feita pelo sindicato dos auditores fiscais da Receita do Estado, que demonstra, por “a” mais “b”, que os recursos existem, mas vão para outros caminhos que não aqueles que nós consideramos ideais e adequados, para poder atender aquilo que a população paulista tanto necessita, que são investimentos na Educação, em políticas públicas, na área da Saúde, na área da Habitação, nas universidades públicas, que estão sendo sucateadas e passando por um momento extremamente crítico.

\*\*\*
- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.
\*\*\*

O Governo simplesmente expandiu muitas delas, como é o caso da Unesp, que sofreu o maior processo de expansão - e isso tem que ser saudado -, mas não conseguiu repassar na mesma e igual proporção os recursos necessários para isso.

Ora, como é que as coisas se dão, então? Eu crio novos campi e não repasso o recurso necessário para que eles possam se desenvolver, produzir o conhecimento, produzir a ciência, para que os trabalhadores dessas universidades e mesmo do Centro Paula Souza sejam tratados com dignidade e tenham um salário decente - e, mais do que o salário, tenham condições de trabalho adequadas? Hoje, não estão conseguindo ter.

Sabem qual é a solução que o reitor da USP, por exemplo, propôs? A solução é fazer um Plano de Demissão Voluntária, um PDV. Gastou com esse PDV 400 milhões de reais. Se há esse dinheiro, ao invés de demitir trabalhadores, que se encontrem outras alternativas. É possível haver outras alternativas para as universidades. É possível fazer com que o ICMS seja destinado a elas por meio do cálculo integral, do total da arrecadação do ICMS do Estado.

É preciso fazer isso e esta Casa necessita ter sensibilidade para votar esta LDO. Isso não é nenhum condicionamento e, longe de nós fazer qualquer ameaça, mas, se estas emendas não forem acatadas, se não conseguirmos chegar a um acordo, a um bom termo, nós vamos obstruir, porque estamos aqui no papel legítimo de defender os principais interesses da população paulista.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em discussão. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o PLC nº 20, de 2016, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pelo Congresso de Comissões, com parecer favorável, limitando a servidores efetivos o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, quero declarar abstenção nessa votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de Vossa Excelência.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, quero declarar abstenção nessa votação. Informo, também, que vou protocolar declaração de voto por escrito.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de Vossa Excelência.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, quero declarar abstenção nessa votação. Estendo, também, solidariedade aos colegas que ficam aqui na bancada, por sua emenda infelizmente não ter sido acolhida.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:
\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 27a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 30/06/16.
\*\*\*

Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Institui a Lei de Ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Com 7 emendas. Parecer nº 983, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e às emendas de nºs 3, 4 e 7, e contrário às demais.

Em discussão. Para discutir, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dou sequência à posição de alguns deputados da oposição, de utilizar todos os instrumentos de obstrução em todos os projetos, não no sentido de obstruir os projetos, tanto assim que não verificaremos os projetos de autoria de deputados, nem projetos que tiveram acordo no Colégio de Líderes. Apenas vamos discuti-los no sentido de reforçar a nossa proposta de defesa de uma emenda na LDO, de algumas emendas na LDO, entre elas das universidades públicas.

Vimos também à tribuna para dialogar com os deputados, para informar aos deputados que por ventura não estavam aqui no momento do debate que estamos pedindo o apoio deles para fechar o semestre, votar a LDO, mas que os deputados também contribuíam com o representante do governo para tenhamos algum avanço na lei que votaremos ainda hoje ou amanhã.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos fazer esse apelo a vocês, de iniciarmos o diálogo para ter avanço. Do contrário, vamos discutir todos os projetos que estão na pauta, vamos fazer essa resistência no sentido de sensibilizá-los.

Sr. Presidente, aproveite também para informar que amanhã, às 9 horas, a CPI da Merenda reúne-se para apreciar um requerimento de minha autoria. Peço que ela não entre em recesso, dada a urgência do tema, a expectativa criada na sociedade paulista e também pelo próprio método apresentado pelo presidente, um método meio “etapista”. Eu temo que, com o recesso parlamentar, o retorno em agosto e em função do calendário eleitoral, a CPI vá se esvaziando e não consiga, num tempo político razoável, concluir o seu trabalho, a sua investigação.

Então amanhã, embora não seja membro titular da CPI, estarei lá às nove horas, pois estou acompanhando, apresentando requerimentos e fazendo o debate.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Nobre deputado João Paulo Rillo, o tempo da sessão se esgotou. Vossa Excelência tem ainda doze minutos e dez segundos de tempo remanescente neste projeto.

Esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da segunda sessão extraordinária, a realizar-se 10 minutos após o término desta sessão, e convoca ainda uma reunião extraordinária da CCJ para hoje, um minuto após o término da presente sessão, para dar redação final ao PLC 20/2016, de autoria da Mesa.

Está encerrada a sessão.

\*\*\*
- Encerra-se a sessão às 22 horas e 16 minutos.
\*\*\*

2

## 29 DE JUNHO DE 2016 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CARLÃO PIGNATARI, FERNANDO CAPEZ e CEZINHA DE MADUREIRA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 23/16.

2 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PLC 23/16.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Encerra a discussão do PLC 23/16. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação ao PLC 23/16. Coloca em votação o PLC 23/16.

4 - MARCIA LIA

Encaminha a votação do PLC 23/16, em nome do PT.

5 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em votação e declara aprovado o PLC 23/16. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas nºs 3, 4 e 7, ao PLC 23/16. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1, 2, 5 e 6, ao PLC 23/16.

6 - MARCIA LIA

Para comunicação, faz declaração de voto favorável à emenda nº 6, em nome do PT.

7 - CORONEL CAMILO

Para comunicação, agradece a bancada do PT pelo apoio dado à proposição em tela.

8 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em discussão o PL 639/07 com emenda, substitutivo e anexo. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de preferência para apreciação do PL 1203/15, com emenda. Encerra discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1203/15, salvo emenda, restando prejudicado o PL 639/07, bem como emenda e substitutivo. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda. Coloca em discussão o PL 602/13. Dá conhecimento de emenda ao PL 602/13, que retorna às comissões, ficando adiada sua apreciação.

9 - TEONILIO BARBA

Solicita a suspensão dos trabalhos por dois minutos, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido e suspende a sessão às 22h59min.

11 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a direção dos trabalhos e reabre a sessão às 23h. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 416/15, sendo rejeitado o veto. Coloca em discussão o PL 1217/15.

12 - RAUL MARCELO

Discute o PL 1217/15 (aparteado pelo deputado Cezinha de Madureira).

13 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

14 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Discute o PL 1217/15 (aparteado pelo deputado Wellington Moura).

15 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para hoje, três minutos após o término desta sessão, para elaborar a redação final do PLC 23/16.

16 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 1217/15.

17 - CEZINHA DE MADUREIRA

Assume a Presidência.

18 - PROFESSOR AURIEL

Discute o PL 1217/15.

19 - PRESIDENTE CEZINHA DE MADUREIRA

Coloca em votação e declara aprovado o PL 1217/15, sendo rejeitado o veto.

20 - WELLINGTON MOURA

Para comunicação, agradece seus pares pela aprovação do PL 1217/15.

21 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência. Coloca em discussão o PL 1299/15.

22 - BETH SAHÃO

Discute o PL 1299/15.

23 - MARCIA LIA

Discute o PL 1299/15.

24 - CARLOS NEDER

Discute o PL 1299/15.

25 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Encerra a discussão do PL 1299/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, propondo método de votação ao PL 1299/15. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1299/15, sendo rejeitado o respectivo veto.

26 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do PL 1299/15.

27 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em votação e declara rejeitados os artigos 3º, 5º, 6º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º, ficando mantidos os respectivos vetos.

28 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, destaca a importância do PL 1299/15.

29 - TEONILIO BARBA

Para comunicação, declara satisfação com o andamento dos trabalhos do Plenário desta Casa.

30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Encerra a sessão.

\*\*\*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.
\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\*\*\*

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência:

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Institui a Lei de Ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Com 7 emendas. Parecer nº 983, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e às emendas de nºs 3, 4 e 7, e contrário às demais.

Em discussão. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo, pelo tempo remanescente.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, eu vou retomar de onde havia parado, falando sobre a CPI da merenda.

Eu apresentei um requerimento ao presidente da CPI da merenda, propondo que ela não pare no recesso parlamentar. Por quê?

Primeiro, porque é um tema de urgência e de muito interesse da população, dos estudantes, dos professores, de todos aqueles que acompanharam essa discussão da merenda, desde a ocupação na Assembleia Legislativa, que resultou na instalação da CPI e no aperfeiçoamento do objeto, que veio, sob meu ponto de vista, incompleto por parte do governo, e nós conseguimos aperfeiçoar.

Agora também por conta do método que se anuncia pelo presidente, que considerei um método protelatório, uma forma de ganhar tempo na CPI. Ele propõe que ela seja feita em etapas. Primeiro serão avaliados os requerimentos de informação, depois os requerimentos de convocação e depois, com o desmembramento, com a criação de braços, seja para prefeituras, para cooperativas ou para a investigação de empresas.

Posicionei-me já contrariamente a esse método. Ainda é um método que vai ser muito discutido na CPI. Porém, pelo anúncio e pela esmagadora maioria que tem o governo nessa CPI, é necessário tomar algumas precauções.

Uma delas é antecipar o trabalho, cumprir rapidamente, aproveitar o mês de julho e cumprir essa etapa de requerimentos de informação, até que ela esteja esgotada, para organizar os requerimentos de convocação, que, em minha opinião, são os mais importantes.

Não que eu concorde com isso, mas o pedido de funcionamento no recesso é para prevenir uma possível protelação. Todos nós também sabemos que teremos eleições municipais.

No meio de agosto, se inicia o calendário eleitoral. Todos nós também temos conhecimento de que essa CPI é fruto de uma pressão popular e de um acompanhamento ostensivo, tanto da imprensa alternativa, da mídia alternativa, quanto da imprensa tradicional.

Nós sabemos que o processo eleitoral, com Lava Jato, crise econômica, atentado contra a democracia, com um presidente golpista e interino, produz fatos nacionais que vão concorrer diretamente com a CPI, ainda mais durante o calendário eleitoral.

Se deixarmos para iniciar o trabalho apenas no começo de agosto, coincidindo com o calendário eleitoral, é óbvio que a CPI corre o sério risco de desaparecer da discussão pública. Ainda mais, haverá um esvaziamento natural, por conta do envolvimento dos parlamentares, direto ou indireto, no processo eleitoral.

Não tive dúvidas quanto à iniciativa. É óbvio que outros deputados também concordam. Conversei com outros deputados que não compõem a CPI, mas vão acompanhar de perto. Eles concordam com a possibilidade de trabalhar no recesso.

É óbvio que também há uma estratégia de aprovar o requerimento e não chamar as reuniões. Agora, é óbvio que vamos cobrar do presidente da CPI, e tenho certeza de que o nobre deputado Marcos Zerbini não fará uma coisa dessas. Ele não vai agir dessa maneira. Pela sua biografia, pela sua seriedade, tenho certeza de que ele não vai protelar, aprovar o requerimento e enrolar a CPI.

Estamos de olho e vamos continuar cobrando. Há todo um movimento organizado que acompanha a CPI. Esse foi o nosso objetivo. Amanhã, estarei às nove horas da manhã acompanhando a reunião e também defendendo a não interrupção.

A CPI não pode entrar em recesso, até porque já tivemos um exemplo. Uma das últimas CPIs sérias que foram instaladas nesta Casa - há um monte de CPIs que não são sérias, são CPIs para inglês ver, CPIs para encher a pauta - foi a CPI do trote universitário, presidida pelo brilhante e saudoso deputado Adriano Diogo.

O deputado Adriano Diogo presidiu essa CPI e trabalhou. Já havia trabalhado intensamente como presidente da Comissão da Verdade. Gostaria de fazer sempre uma referência ao deputado Barros Munhoz, um dos responsáveis pela instalação da Comissão da Verdade aqui na Assembleia Legislativa, uma das comissões da verdade que mais trabalhou e apresentou resultados.

O deputado Adriano Diogo repetiu essa intensidade de trabalho na CPI do Trote e o fez nos meses de janeiro e dezembro, incansavelmente. Ele trabalhou e apresentou um espetacular resultado sobre os trotes nas universidades públicas.

Então, devido à urgência do tema, não vejo problema nenhum. Especialmente por ser um recesso do meio do ano, que seria até desnecessário, podemos trabalhar. Vale lembrar que a Câmara dos Deputados e o Senado, para cassarem a presidenta Dilma, trabalharam intensamente até aos domingos. Então, não tem por que a CPI da Merenda, considerando a urgência do tema, não trabalhar no recesso.

Então, vamos acompanhar e torcer para que o requerimento seja aprovado e o presidente Marcos Zerbini mantenha todas as reuniões, uma ou duas por semana, dando sequência a esse trabalho. Todos nós estamos ansiosos para ver o desdobramento dele.

Sr. Presidente, na oportunidade eu não falei nada, mas fui inspirado pela colocação do deputado Barros Munhoz. Parece uma coisa pequena quando um deputado vem à tribuna e revela o oportunismo de outro deputado em relação a um trabalho que foi feito.

Não sou um deputado que fica despachando com o governo. Sou um deputado de oposição e não fico disputando obras do governo estadual. Não faria isso nem se fosse um deputado de situação. No entanto, compreendo que é uma atividade legítima, a de representação. Entendo que o parlamentar tem algumas funções essenciais: a de fiscalização do Poder Executivo, talvez a mais necessária delas; a de proposições, de propor projetos e fazer leis; e a de representação política.

Nesse arco de representação política, é legítimo o deputado representar a sua região, representar os interesses de sua cidade e trabalhar por obras, investimentos e programas. Então, quero ser solidário à indignação do deputado Barros Munhoz. Eu poderia muito bem não ter lado, neste momento. Mas tenho lado, sim. Vossa Excelência me convenceu de sua posição e sou solidário, até porque já passei por situações semelhantes.

Isso já aconteceu com outros deputados. Vi a deputada Rita Passos expor sua indignação em relação a um deputado que se apropriou de um trabalho dela, de anos, em sua região. E fui solidário, na época. Agora, aconteceu com Vossa Excelência.

Gostaria de lembrar aos deputados que, no final do ano retrasado, aprovamos a inclusão da cidade de Olímpia como estância turística. Foi um projeto de todos nós, uma decisão de todos nós. O deputado Barros Munhoz era líder do Governo. Foi uma ação coletiva, uma ação da Casa, mas o deputado Itamar Borges mandou mensagens por WhatsApp para Olímpia inteira, dizendo que o projeto dele havia sido aprovado, dando a Olímpia a condição de estância turística. Recentemente, tivemos outro episódio desses, em relação a uma região metropolitana, envolvendo o mesmo deputado.

Aproveito para fazer uma referência à dignidade e à honestidade com que o deputado Vaz de Lima atuou no caso, assim como, especialmente, o deputado Carlão Pignatari. Ele nem é de Rio Preto, é de Votuporanga, mas mostrou dignidade e lealdade nessa discussão, não só ao defender o projeto, mas ao fazer um histórico da luta pela região metropolitana que agora passa a ser de todos nós.

Então, deputado Barros Munhoz, eu não poderia deixar de fazer essa observação, dos surfitas de plantão que existem aqui. O oportunismo é latente. Isso é perigoso, pois parece uma bobeira, mas não é. Gera desconfiança. Podemos ter diferenças políticas abissais, mas a lealdade e o reconhecimento do trabalho são importantes. Mas, às vezes, passamos por isso e nosso trabalho não é reconhecido. Isso, às vezes, nos machuca e gera uma instabilidade, uma relação de desconfiança que não é boa no Parlamento.

Então, gostaria de fazer essa referência positiva a esses dois deputados, e a outros também, e lembrar a esse outro deputado: “Menos”! “Menos”!, que faz bem para todo mundo. Surfe e trilhe naquilo que V. Exa. construiu. Colha o que V. Exa. plantou e semeou. Cuidado, porque quem atravessa o quintal da vizinha para roubar fruta, pode levar chumbo. E não é uma coisa muito boa. É importante termos lealdade e reconhecer o trabalho dos outros. Isso vale para todos: para a bancada do PSDB, para a bancada do PT. É muito importante reconhecer quem trabalha, quem luta, quem faz o debate, porque isso é saudável. Não se trata de reserva eleitoral. Não se trata de reserva de mercado eleitoral; trata-se da boa convivência e da civilidade política reconhecer o trabalho dos outros. Isso vale para todas as bancadas. Para a nossa, inclusive.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há sobre a mesa requerimento de método de votação.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Em votação o Item 1 do requerimento, PLC nº 23, de 2016, salvo emendas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para encaminhar pelo Partido